

## A Presença Guarani no Litoral de Santa Catarina: breve informe

**Maria Dorothea**  
**Post Darella**  
**UFSC**

Escrever ou falar a respeito de índios Guarani significa renovadamente um exercício desafiador, dadas as infinitas peculiaridades de sua cultura e as variadas singularidades que vão se inscrevendo em suas conjunturas no tempo e no espaço. Este informe toma como base territorial o litoral de Santa Catarina, no qual vivem índios Guarani das três parcialidades convencionadas pela bibliografia etnográfica – Mbya, Chiripa e Kaiowa – , sendo a grande maioria Mbya.

Nos anos setenta e oitenta alguns textos antropológicos, escritos por Rosa Maria Bott, Silvio Coelho dos Santos e Ligia Simonian, davam conta da ocupação Guarani no Morro dos Cavalos (Palhoça). Posteriormente, o primeiro relatório sobre as aldeias Guarani no litoral de Santa Catarina, elaborado por Maria Inês Ladeira no início da década de 1990, menciona locais ocupados e desocupados nos municípios de São Francisco do Sul, Barra do Sul, Araquari, Itajaí, Guabiruba, Biguaçu e Palhoça. Atualmente aqui vivem várias famílias, grupos, em aldeamentos ou não, perfazendo uma população aproximada de 650 pessoas, localizadas nas seguintes áreas: Marangatu (Imaruí), Massiambu, Morro dos Cavalos, Cambirela e Praia de Fora (Palhoça), Mbiguaçu (Biguaçu), Tarumã, Pirai, Pindoty, Jabuticabeira e Ilha do Mel (Araquari), Araçá e Morro Alto (São Francisco do Sul), Conquista (Barra do Sul), Três Barras (Garuva), Piçarras e Guaramirim. Dessas áreas, duas estão demarcadas, uma identificada, várias em identificação e algumas sem providências. Na realidade, a regularização fundiária é um processo nada simples para os Guarani devido a fatores internos e externos. Apenas recentemente começaram a considerar a demarcação de terras indígenas como imprescindível, dado que as ocupações se viabilizam com crescentes dificuldades devido a constrangimentos de natureza múltipla, como

desmatamentos, especulação imobiliária e insegurança, comprovando que estão gradativa e irreversivelmente sendo “apertados”, “fechados” pelos não-índios. A desaprovação ao processo demarcatório, posicionamento ainda existente entre alguns Guarani, se origina no entendimento de que assim ocorre o retalhamento e a desfiguração de seu território, seu mundo.

Os locais apresentam realidades distintas em termos de tamanho, recursos naturais (flora, fauna, solo, água etc.), natureza jurídica, sendo que o lugar aqui denominado Três Barras é um espaço debaixo da ponte do rio Três Barras, na BR 101, o que impele a refletir sobre as condições de subsistência de vários grupos. A moradia de índios Guarani debaixo de pontes, ainda que temporária, não é um fato novo, visto que dos cerca de 70 locais de ocupação levantados na última década ao longo do litoral de Santa Catarina, um levantamento ainda parcial, seis são pontes dessa rodovia.

Desta forma, é perceptível que nos últimos vinte anos tem se efetivado crescente modificação na configuração da ocupação Guarani nesta região: da “invisibilidade” os Guarani se fizeram contemporâneos na história, tornaram-se visíveis como que amalgamando presença pretérita e atual, sobre a qual, em realidade, ainda há muito para ser estudado e compreendido. Hoje os Guarani são o eixo de alguns projetos de atuação de órgãos governamentais e não-governamentais nas áreas de educação, saúde, sustentabilidade, regularização fundiária, dentre outros e procuram, com todas as dificuldades relativas à compreensão da língua portuguesa, da legislação, dos projetos de desenvolvimento, enfim, do contato com a sociedade envolvente, ser protagonistas de políticas públicas voltadas para os interesses de sua existência.

É fundamental sublinhar que existe um substrato cultural e social na ocupação costeira. O cultural refere-se à visão de mundo dos Guarani e ao seu “sistema” (modo de ser), como dizem. Esta parte do território Guarani guarda importantes significados cosmológico e mitológico, além de histórico. Para os Guarani que vivem na região litorânea há um sentido de aqui estar, embasado numa concepção de mundo, na qual o mar simboliza ao mesmo tempo limite e possibilidade de superação da condição humana. O social diz respeito principalmente aos laços de parentesco e à economia de reciprocidade (trocas, intercâmbios de sementes, mudas, informações etc.), aspectos fundamentais nas estratégias do cotidiano. Economicamente as famílias guarani têm se mantido com uma diversidade de itens que podem somar agricultura, venda de artesanato, caça, pesca, coleta, aposentadoria, salário (professor, agente de saúde, agente de saneamento), doações, cestas básicas, trabalhos temporários para regionais, para citar os principais. Não obstante, se verifica a precariedade, pois o cultivo das roças com “sementes verdadeiras” (germoplasma nativo), para citar apenas um desses aspectos e que é essencial para os Guarani, quando passível de ser praticado, o é com inúmeras dificuldades e em diminuta escala devido a infertilidade dos solos, escassez das sementes, exiguidade das áreas.

O território Guarani, que engloba regiões do Paraguai, Argentina e Uruguai, se consubstancia como uma grande rede de parentes, pensamentos, conhecimentos, interpretações, estratégias. É um território-movimento não apenas em termos de deslocamentos, mas igualmente de transformações, elaborações, atualizações.

Há que se considerar, portanto, que os Guarani que ora vivem na região litorânea continuamente constroem o sentido do ser e estar no litoral, se alimentando do tempo passado, se transformando no tempo presente, se pensando no tempo futuro. Sobre os Guarani muito vem sendo pesquisado, refletido, escrito. Mas, há um tudo ainda a ser entendido. Eles estão falando de si e seu modo de ver o mundo tanto nas aldeias como fora delas. Músicas gravadas recentemente em CDs são emblemáticas nessa linguagem.

Há uma territorialização singular em curso e os Guarani estão nos desafiando não somente a perceber sua concepção e especificidade territorial, bem como reconhecer, respeitar e legitimar direitos territoriais. O litoral como território mítico-histórico passa a se compor veementemente como território social e, sobretudo, político frente às sociedades regional e nacional.

---

***Maria Dorothea Post Darella*** é funcionária do  
Museu Universitário da UFSC,  
doutoranda na PUC-SP e membro da Comissão  
Estadual de Apoio aos Povos Indígenas/SC